timor leste

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO X PREÇO AVULSO: 100$00 Nº 99 ABRIL 1994

O TIRO PELA CULATRA

Empenhado numa campanha de "branqueamento" de imagem, Jacarta tem convidado jornalistas estrangeiros a visitar Timor-Leste. A última visita, porém, correu-lhe mal.

Vinte e cinco jornalistas da Austrália, EUA, Grã-Bretanha e Japão, desembarcaram em Dili na segunda semana de Abril, para uma visita integrada numa campanha internacional de "branqueamento" de imagem.

Nas vésperas da partida, os jornalistas tiveram um encontro com o MNE Ali Alatas que lhes garantiu plena liberdade para falarem com quem quisessem no território.

Em Bali, a caminho de Timor, os jornalistas encontraram-se com o comandante da região militar de Udayana, Gen. Adang Ruchiatna, que inclui Timor, que descreveu como "*a pedra no sapato da Indonésia*". O general acusou os timorenses de ingratos perante o desenvolvimento que lhes tinha sido trazido pelos militares indonésios.

A "INTEGRAÇÃO" FALHOU

A visita, que teve um inesperado impacto internacional, acabou por produzir resultados contrários aos pretendidos pelo regime indonésio.

Órgãos de informação como o *The Guardian, The Daily Telegraph, The Times, The Sydney Morning Herald, The Age, BBC, The Economist* e *The Washington Post* - com particular destaque para estes três últimos - editaram crónicas com um elemento comum a todas elas: a "integração" falhara.

Para todos eles o caracter propagandístico do convite e da organização da visita foi evidente. O repórter do *The Economist* sintetizou-o como um "*esqueçam as mortes, olhem para as óptimas estradas*".

Mas o conhecimento que existe hoje do problema de Timor e das práticas das forças de ocupação no teritório criou uma maior exigência aos profissionais da informação que se deslocam a Timor-Leste: já não se contentam apenas com discursos oficiais entremeados com almoços e jantares.

Alguns deles, em vez de irem às entrevistas programadas com figuras da administração colonial, procuraram antes falar com a face escondida de Timor. Foi assim que a equipa da BBC conseguiu filmar uma entrevista com jovens da resistência clandestina.

Todos os jornalistas foram também unânimes em reconhecer a coragem e o sentido da oportunidade política dos jovens que, por duas vezes, se manifestaram defronte deles e o embaraço e humilhação das autoridades face àqueles inesperados desafios.

Outro momento de grande dramatismo que a todos eles tocou foi a visita à prisão de Becora.

Aí, entre as tentativas dos guardas prisionais para os manter afastados dos jornalistas, alguns presos políticos timorenses gritaram as torturas a que tinham sido submetidos, a sua determinação em continuar a luta por um Timor livre, o seu pedido para que os jornalistas não esquecessem o drama do povo timorense.

Como escreveu depois o repórter do *The Washington Post*, Timor-Leste "*é capaz de ser mais grave do que uma simples* 'pedra no sapato'".

"MAL-EDUCADOS"

Obviamente que as autoridades militares ficaram desagradadas com os resultados desta iniciativa dos "burocratas dos negócios estrangeiros".

Acusaram os jornalistas de desenvolverem actividades "*de investigação*" que saíam fora da agenda oficial e que alguns deles não tinham respeitado a cultura local.

O porta-voz das forças militares de ocupação, Major Simbolon, lamentou o comportamento dos jornalistas, atendendo a que eles eram convidados do governo indonésio.

Uma ameaça velada a que, assim, não haverá mais visitas.

neste número:

O TIRO PELA CULATRA

A RESISTÊNCIA CLANDESTINA

SOLIDARIEDADE A SUL

A RESISTÊNCIA CLANDESTINA EM TIMOR

Quem faz parte da resistência clandestina timorense?
Como está organizada?
Um professor australiano avança algumas respostas.

Michael Emin Salla é professor na Faculdade de Ciências Políticas da Universidade Nacional Australiana. Em Abril último publicou na *Social Alternatives* um artigo sobre a resistência timorense de que reproduzimos excertos.

DIRIGIDA PELAS FALINTIL

"Resistência clandestina é um termo usado pelos timorenses para descrever a oposição política velada à integração na Indonésia e o apoio a um Timor-Leste independente. Grande parte da resistência clandestina é dirigida e organizada centralmente pelas Falantil. Contudo, uma parte apreciável da resistência abrange um conjunto de indivíduos que não estão associados formalmente às Falantil ou mesmo entre si. Não se reconhecem conscientemente como tal mas antes como parte de um movimento de uma comunidade mais vasta que trabalha para uma maior auto-determinação económica e cultural.

A resistência clandestina compõe-se de quatro ramos distintos. O primeiro está intimamente ligado ao movimento da guerrilha e abrange uma força auxiliar ou de reserva de homens que podem ser chamados a substituir combatentes capturados ou feridos ou a entrar em acção quando há armas disponíveis. Entretanto, ocupam-se de funções logísticas, tais como: fornecer aos guerrilheiros roupa, comida, informações sobre as movimentações das tropas indonésias, e fazer passar correspondência para outras partes da resistência clandestina. Este ramo da resistência encontra-se em áreas de difícil acesso, cultivando a terra, estabelecendo contactos com os apoiantes nas áreas urbanas ou acompanhando os guerrilheiros no mato.

ORGANIZADOS EM CÉLULAS

O segundo ramo é aquele com que muitos turistas se defrontam, pois opera em áreas urbanas, e concentra os seus esforços na componente política e nas questões dos direitos humanos.

Desempenha várias tarefas. Primeiro, informa os turistas ou dignatários visitantes sobre as condições políticas e violações dos direitos humanos. Segundo, organiza manifestações ou acções de protesto à porta dos hotéis onde estão instalados os dignatários visitantes ou à porta da Catedral de Dili, quando os funcionários superiores da Igreja celebram aí missa. Desde o massacre de Dili, o Núncio Papal já celebrou quatro missas, que foram noticiadas pelos órgãos da imprensa, e após as quais ocorreram manifestações. (...). Terceiro, faz passar informação, tais como fotografias, cartas e documentos, de Timor-Leste para a própria Indonésia e para o resto do mundo. Esta vertente da resistência, que está associada formalmente às Falantil, estrutura-se em células, onde um elemento designado por um pequeno grupo mantêm contactos com um elemento designado por um outro grupo. Isto minimiza o risco de exposição de outros membros da resistência, no caso de alguém ou de um grupo inteiro ser capturado.

O terceiro ramo da resistência centra os seus esforços nos aspectos económicos e culturais. Trata-se aqui de tentar resistir aos efeitos demográficos do influxo de populações de outras províncias, nomeadamente emigrantes comerciantes, pessoal militar e policial, funcionários públicos e os que chegam como resultado da política indonésia de transmigração. Objectivos importantes da resistência são os de promover os interesses económicos dos timorenses, promovendo mais oportunidades de emprego e de negócio, reduzindo a corrupção e, finalmente, diminuindo o controlo militar sobre a economia da província.

De facto, tem sido a Igreja Católica, sob a liderança do Bispo Belo, a assumir uma crítica manifesta às medidas sociais e económicas do governo central e, indirectamente, ela é uma parte importante deste ramo da resistência clandestina. Por exemplo, numa entrevista recente, o Bispo Belo afirmou: "*A cultura timorense está a ser sufocada... a língua timorense não é ensinada nas escolas, o Islão está a ser activamente promovido e existe um influxo crescente de colonos indonésios à sombra das medidas de* 'indonesização'". (...).

NO CORAÇÃO DO INIMIGO

O quarto ramo da resistência encontra-se nas universidades indonésias, onde estudam muitos timorenses, como por exemplo, em Jacarta, Bandung e Denpassar. Aqui, um dos objectivos é o de conseguir que as questões políticas que dizem respeito a Timor-Leste sejam debatidas e incluidas na agenda do movimento pela democratização da Indonésia. Outro objectivo é o de estabelecer contactos com as organizações indonésias que defendem os direitos humanos e passar informações sobre violações, detenções ou acções de protesto em Timor-Leste. Se, por um lado, estes grupos gozam de maior liberdade de movimento que os seus pares em Timor, por outro lado estão economicamente dependentes do governo provincial e, por isso, vulneráveis à ameaça de verem as suas bolsas de estudo canceladas, se forem suspeitos de comportamento "subversivo".

Manifestações, acções de protesto e actos de dissidência manifesta vão continuar em Timor-Leste. Embora o foco táctico possa deslocar-se da auto-determinação política para os direitos humanos, de maneira a aliviar o controlo estrangulador dos militares e a criar mais "espaço político", a verdade é que a questão da auto-determinação não deixa de estar como pano de fundo e manter-se-á como uma fonte de conflito futuro. (...)."

SOLIDARIEDADE A SUL

A solidariedade não é um fenómeno do Norte.
É uma prática universal que une os homens contra a opressão.

A solidariedade Sul-Sul é tão difícil de construir como a cooperação Sul-Sul. Poucos são os países deste hemisfério onde a luta do povo timorense encontra eco organizado.

Moçambique é um deles. Aquando da reunião plenária da ala externa da Fretilin, que decorreu nos arredores de Lisboa de 9 a 15 de Abril, o Grupo Moçambicano de Solidariedade para com o Povo de Timor-Leste apresentou uma mensagem que reflecte uma visão diferente da solidariedade e de que aqui reproduzimos excertos.

OS NOVOS POLÍTICOS

"O quadro internacional actual mostra que o conflito Leste-Oeste era um grande biombo ideológico para esconder a cumplicidade ocidental para com a Indonésia, um biombo que não deixava ver com a clareza de hoje os interesses económicos que presidem à hipocrisia ocidental para com a questão de Timor-Leste.

O único método para contrariar esta política é o de os timorenses saberem manter a sua luta.

Eu queria dar-vos aqui o nosso ponto de vista de organização independente sobre o apoio de Moçambique a Timor-Leste. Algumas destas observações são generalizáveis ao conjunto dos PALOP.

Actualmente e durante as próximas décadas a história dos nossos países, enquanto países do Sul, está pré-determinada pelo Norte. Ou seja: a democracia é o outro nome do capitalismo em Moçambique.

Os processos de criação de economias de mercado e de democracias multipartidárias, e o próprio tempo, trazem uma nova geração para os círculos de poder e de governação, que já não é a herdeira dos valores da luta de libertação nacional.

Neste momento, estas duas gerações ainda estão em conjunto no poder, mas a médio prazo a segunda sucederá totalmente à primeira. Isto é resultado de processos sócio-económicos objectivos e inevitáveis, que encerram perigos possíveis para o apoio dos PALOP à luta de Timor-Leste.

Para muitos dos novos políticos dos nossos países a ideologia não é nada, o critério económico é tudo.

No Moçambique actual já existem sectores interessados em negócios com a Indonésia. Se eles não avançam é apenas porque ainda são travados pelo partido no poder, apesar de tudo ainda determinado pela geração da luta de libertação nacional.

Mesmo nesta geração surgiram 'pragmáticos' que não se importariam de trocar Timor-Leste pela Indonésia.

A situação interna do país, a pressão e os constrangimentos internacionais, a dependência face ao exterior e as necessidades de cooperação Sul-Sul são o pano de fundo do pensamento dos nossos 'pragmáticos'.

Isto tudo não é para se cair no pessimismo quanto ao apoio moçambicano a Timor-Leste, mas apenas para frisar a necessidade de se levar em conta os dados novos relativos aos nossos países.

OS TEMPOS SÃO OUTROS

Em Moçambique mantem-se um forte apoio do Presidente, do Governo, dos líderes dos novos partidos, da imprensa e da opinião pública a Timor-Leste. Não há perigo imediato de ver os timorenses a serem abandonados pelos moçambicanos. Mas, obviamente, os tempos são outros. Os nossos governos já não conseguem ser tão firmemente intransigentes como outrora.

A televisão estatal mostrou recentemente uma versão resumida do filme de John Pilger.

Os bispos moçambicanos manifestaram a sua disposição em fazer algo por Timor-Leste em conjunto com os seus colegas dos Cinco no Vaticano.

A imprensa moçambicana continua a cobrir regularmente Timor-Leste.

Mas também queria dar-vos exemplos dos efeitos da nova conjuntura económica em Moçambique:

a) um economista moçambicano foi aliciado por Jacarta para vir a ser eventualmente o seu cônsul honorário em Maputo;

b) há imensas mercadorias indonésias a circular em Moçambique.

A nossa luta, enquanto grupo de solidariedade, é para que a opinião pública defenda os valores da Luta de Libertação Nacional, apesar das mutações políticas do país. Formamos uma opinião pública pró-timorense para que ela seja, pelo menos, vigilante em relação a pressões indonésias junto do governo de Maputo.

Por outro lado, nós gostaríamos de salientar que a nova conjuntura não encerra só perigos mas também potencialidades. O papel político-diplomático de Maputo, ou por exemplo de Bissau, relativamente à questão timorense contém novas possibilidades de trabalho. (...).

É muito frequente ouvir-se dizer que a questão timorense passa actualmente só pelo eixo Washington-Lisboa-Jacarta. Estamos convencidos que algumas capitais dos PALOP ainda podem jogar um importante papel na causa timorense. (...).

Nós, como grupo de solidariedade, vamos continuar a lutar pelo apoio moçambicano a Timor-Leste e a denunciar, e mesmo a combater, os factores que impeçam esse apoio.".

A morada do Grupo de Solidariedade para com o Povo de Timor-Leste para os que o desejarem contactar é a seguinte:

Caixa Postal 119
Maputo, Moçambique.

BOICOTE

Na Irlanda, juventude e Governo mostram-se sensíveis à questão timorense.

A «Union Students of Ireland», organismo que agrupa as associações de estudantes do ensino superior da Irlanda, na sua conferência anual realizada nos inícios de Abril, aprovou uma moção de apoio à luta de libertação do povo timorense.

Na moção é feito igualmente um apelo a todas as escolas para seguirem o exemplo do «Carlow Regional Technical College» que suspendeu a utilização de produtos com origem na Indonésa nas suas instalações. Do facto foi dado conhecimento à embaixada de Jacarta em Londres.

Por sua vez o MNE irlandês Dick Spring, num encontro com representantes da Amnistia Internacional, do ETISC - o grupo de solidariedade com Timor-Leste - e do Trocaire - uma ONG ligada à Conferência Episcopal - apoiou a ideia da aplicação de sanções económicas à Indonésia como forma de pressionar o governo deste país a melhorar a situação dos direitos humanos em Timor. O Ministro avisou, porém, que a sua aplicabilidade teria primeiro que ser discutida a nível de MNE da União Europeia.

MALÁSIA PROÍBE FILME?

Jacarta pressiona Malásia: não a «A Morte de uma Nação".

Segundo um despacho de 6 de Abril da UPI proveniente de Kuala-Lumpur, o governo da Malásia estaria a estudar um pedido das autoridades da Indonésia para que fosse proibido o filme de John Pilger, «The Death of a Nation», neste país.

De acordo com declarações do Ministro da Informação malaio Mohamed Rahmat citadas por aquela agência, existe um acordo entre as nações que constituem a ASEAN visando impedir o visonamento de imagens que danifiquem o bom nome de algum deles. *"Atenderemos ao objectivo que presidiu à feitura do filme para sabermos se há alguma intenção de afectar a reputação daquele país".*

A SOMBRA DE TIMOR

Aonde quer que os governantes indonésios vão, Timor está lá, à espera deles.

Cerca de três dezenas de activistas do grupo de solidariedade norte-americano com Timor-Leste, o «East Timor Action Network» (ETAN-US), aguardavam no dia 13 de Abril o ministro Alatas à entrada da conferência organizada pela «Asia Society» sobre a "Indonesia, the United States and the World Today", que teve lugar em Nova Iorque.

No panfleto então distribuído os manifestantes apelavam à retirada do exército indonésio de Timor e à realização de um referendo supervisionado pelas Nações Unidas para se decidir do futuro do território. Lembravam as resoluções tomadas pelo Conselho de Segurança e incitavam as companhias norte-americanas que fazem negócios na Indonésia *"a usar a sua influência"* para se conseguir alterar a política de Jacarta relativamente ao problema.

Durante o período de perguntas e respostas que se seguiu à intervenção de Ali Alatas - o ministro culpou os meios de comunicação internacional da controvérsia que existe sobre Timor - duas das três questões que lhe foram colocadas a partir da assistência disseram respeito ao problema de Timor-Leste. Uma delas foi feita feita por Allan Nairn, um jornalista que presenciou o massacre de Santa Cruz tendo na ocasião sido espancado pelos militares indonésios que lhe causaram um traumatismo craniano.

Em resposta, Alatas afirmou que o povo timorense já tinha escolhido fazer parte da Indonésia num referendo realizado democráticamente [sic] e que a maioria continuava a preferir a integração. O ministro lançou-se depois num ataque pessoal contra Nairn dizendo, em tom pretensamente condescendente, que *"compreendia"* que, depois da *"má experiência"* sofrida no *"infeliz incidente"* de 12 de Novembro, ele ficasse a odiar a Indonésia e obcecado com Timor-Leste.

CDPM SAÚDA FRETILIN

Saudação da CDPM à reunião plenária da Fretilin.

"A CDPM agradece o convite que lhe foi feito para estar presente na sessão de abertura da reunião Plenária da DEF e assim poder partilhar convosco o início deste momento de reflexão, deste esforço de adaptação da organização às necessidades da luta de libertação do Povo Timorense.

O problema de Timor-Leste passa hoje por uma situação complexa, difícil, que exije novas respostas.

A realidade em que se inscreve a questão de Timor está a mudar muito rapidamente.

O que se passa actualmente na sociedade indonésia é um bom exemplo do que afirmamos: as declarações do Professor George Aditjondro e os ecos que as mesmas encontraram na imprensa, a criação do «Joint Committee on East Timor» reunindo conhecidas personalidades activas na defesa dos direitos dos homens e dos Povos, abrem novas perspectivas para o desenrolar da luta e tornam mais próximos os povos de Timor e da Indonésia no combate ao regime que a ambos oprime.

Acreditamos que saberão encontrar as vias que tornem mais próximo o dia da libertação e do reencontro, sabendo que a solidariedade estará sempre ao vosso lado na construção desse árduo e difícil caminho."

DIRECTOR: António Pinto Pereira PROPRIETÁRIO: Comissão para os Direitos do Povo Maubere SEDE: R. Pinheiro Chagas, 77-3º E, 1000 Lisboa, Tel.: 352 8718, Fax: 353 4009
E-mail: cdpm@gn.apc.org IMPRESSÃO: Grafis, Coop. de Artes Gráficas TIRAGEM: 1.000 ex. ASSINATURA ANUAL: 1.500$00 REGISTO DGCS nº 112094 DEP. LEGAL: nº 25317